



ATA

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Bruno Alberto Vieira Fernandes e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----INTERVENÇÕES-----

1 – Vereador André Coelho Lima – Questionou o Presidente da Câmara sobre o pedido de demissão do Diretor do Departamento de Urbanismo, Arq. Filipe Fontes, ocorrido no período que mediou entre a última reunião do executivo e de hoje. Disse que as chefias da Câmara Municipal não são indiferentes ao seu funcionamento nem a quem tem a responsabilidade da condução política da Autarquia, tendo relevado a circunstância de não ter havido uma palavra pública por parte do Presidente da Câmara considerando a visibilidade pública e política que tem sido atribuída a este dirigente em particular, tendo referido conferências de imprensa e outras sessões públicas onde o Arq.º Filipe Fontes intervém como Técnico e Diretor de Departamento. Por último, disse que obras como o Parque de Camões, a Via do AVEPARK, a Ecovia e o Teatro Jordão, que vinham sendo acompanhadas por este Diretor do Departamento, podem ver alterado o

seu normal funcionamento e a sequência das intervenções. -----

2 – Presidente da Câmara - Esclareceu que o Arq.º Filipe Fontes é dirigente de uma unidade orgânica com relevância especial, que sempre exerceu com muita competência e dedicação, considerando natural que o conteúdo funcional obrigue a uma maior aparição pública. Acrescentou, ainda, que este dirigente tinha vindo, desde há algum tempo, a demonstrar vontade de sair, acusando cansaço pela pressão e exigência do cargo. Disse que, após reunião com o Vereador Fernando Seara de Sá, o dirigente informou que se mantinha em funções em regime de substituição até à conclusão do procedimento concursal para designação do novo Diretor do Departamento de Urbanismo. Finalmente, disse que gostaria muito que o Arq. Filipe Fontes se mantivesse e, portanto, concorresse ao lugar. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do ofício da Cooperativa Oficina remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Contas de 2017, aprovado em sessão da respetiva Assembleia Geral realizada no passado dia 9 de março. -----

2. Do ofício da Cooperativa Taipas Turitermas remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas do exercício de 2017, aprovado em sessão da respetiva Assembleia Geral realizada no passado dia 13 de março.

3. Do ofício da Cooperativa Turipenha remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2017, aprovado em sessão da respetiva Assembleia Geral realizada no passado dia 15 de março. -----

4. Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2017, aprovado em sessão da Assembleia Geral de Cooperantes realizada no passado dia 26 de março.

5. Do ofício da Cooperativa Fraterna remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2017, aprovado na respetiva Assembleia Geral. -----



6. Do ofício da empresa CASFIG, EN, UNIPessoal, LDA., remetendo, para conhecimento, o Relatório de Gestão e Demonstração Económico-Financeira do ano de 2017, aprovado pelo Conselho de Gestão em sua reunião extraordinária de 15 de março de 2018 e pela Assembleia Geral em 16 de março de 2018. -----

7. Do ofício da VIMÁGUA, EIM, SA, remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2017, aprovado em sessão da respetiva Assembleia Geral realizada no passado dia 16 de março. -----

8. Do ofício da VITRUS AMBIENTE, EM, SA remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2017, aprovado em reunião de Assembleia Geral realizada no passado dia 10 de março. -----

9. Da seguinte informação: **“Concessão de isenção de IMI - Prédios do Centro Histórico - Alteração de despesa fiscal** - Em sua sessão de 27 de novembro de 2017 a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 16 de novembro de 2017, aprovou a concessão de isenção de IMI dos prédios não devolutos localizados no Centro Histórico de Guimarães, classificado como Património Cultural da Humanidade. Em resultado do trabalho de validação de todos os pedidos apresentados nesta autarquia com vista à concessão de isenção de IMI, foi submetida ao Órgão Executivo, em sua reunião de 21 de dezembro de 2017, uma listagem contendo a identificação matricial dos prédios abrangidos pela isenção de IMI, bem como a correspondente despesa fiscal, estimada na altura em €116.179,12, tendo tal listagem sido comunicada à Autoridade Tributária (AT), por e-mail remetido à Direção de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis (DSIMI), em 29 de dezembro de 2017. Entretanto, vem a DSIMI solicitar esclarecimentos quanto a cinco prédios constantes daquela listagem, e que passamos a descrever: 1. Relativamente ao artigo matricial 544º, frações B e C: o prédio não existe como sendo de

propriedade da pessoa singular a que corresponde o NIF 167 661 906; 2. O artigo matricial 1549º, fração A, foi eliminado, por motivo de alteração da freguesia, tendo dado origem ao artigo 2030º, fração A, com o valor patrimonial tributário (VPT) de €50.498,27; 3. O artigo matricial 1562º foi eliminado, por reconstrução do prédio, dando origem ao artigo 2256º, com o VPT de €140.300,00; 4. O artigo matricial 2104º foi eliminado, por motivo de reconstrução do prédio, tendo dado origem ao artigo 2333º, com o VPT de €156.230,00; 5. O artigo 846º foi eliminado, por motivo de reconstrução do prédio, tendo dado origem ao artigo 2332º, com o VPT de €156.470,00. Para o efeito, é-nos solicitada pela DSIMI os devidos esclarecimentos quanto às observações apontadas. Analisados cada um dos processos, é possível prestarmos os seguintes esclarecimentos: 1. Quanto ao artigo 544º, frações B,C, confirma-se que, com a agregação das freguesias, aquele artigo foi eliminado e passou a corresponder-lhe o artigo 1897º. Por lapso, na listagem remetida à AT constava a informação, duplicada, relativa aos artigos 544º e 1897º, como pertencentes à pessoa singular a que corresponde o NIF 167 661 906. Assim, uma vez que o antigo artigo 544º, frações B,C corresponde atualmente ao artigo 1897º, frações B,C, e visto que ambos estão repetidos na listagem, deve ser eliminada a informação relativa ao artigo **544º**, mantendo-se a informação relativa ao artigo **1897º**; 2. Confirma-se que o artigo 1549º, com um VPT de €58.120,00, foi eliminado com a agregação das freguesias e deu origem ao artigo 2030º com um novo VPT de € 50.498,27. Na listagem remetida à DSIMI constava a informação relativa ao artigo **1549º**, com uma despesa fiscal de **€203.42**. Assim, deve a listagem ser retificada eliminando-se o artigo 1549º, passando a constar o artigo **2030º**, com o VPT 50.498,27, cuja despesa fiscal importa em **€176,74**, mantendo a restante informação. 3. Confirma-se que o artigo 1562º, com um VPT de €136.854,30, foi eliminado, por motivo de



reconstrução do prédio, tendo dado origem ao artigo 2256º com um VPT de €140.300,00. Na listagem remetida à DSIMI constava a informação relativa ao artigo **1562º**, com uma despesa fiscal de **€478,99**. Assim, deve a listagem ser retificada eliminando-se o artigo 1562º, passando a constar o artigo **2256º**, com o VPT de €140.300,00, cuja despesa fiscal importa em **€491,05**.

4. Confirma-se que o artigo 2104º, com um VPT de €25.190,00, foi eliminado, por motivo de reconstrução do prédio, tendo dado origem ao artigo 2333º com um VPT de €156.230,00. Na listagem remetida à DSIMI constava já informação de que o artigo **2104º**, com uma despesa fiscal estimada em **€88,17**, correspondia ao artigo provisório 2333º. No entanto, à data da elaboração da listagem ainda não tinha este novo artigo produzido os devidos efeitos fiscais e, como tal, ainda não tinha sido atribuído o novo valor patrimonial. Atendendo a que não subsistem dúvidas de que o artigo 2104º passou a corresponder ao artigo **2333º**, deve a respetiva informação constante na listagem ser corrigida passando o VPT a ser de **€156.230,00** e a despesa fiscal estimada em **€546,81**.

5. Confirma-se que o artigo 846º, com um VPT de € 143.789,50, foi eliminado, por motivo de reconstrução do prédio, tendo dado origem ao artigo 2332º com um VPT de € 156.470,00. Na listagem remetida à DSIMI constava já informação de que o artigo **846º**, com uma despesa fiscal estimada em **€503,26**, correspondia ao artigo provisório 2332º. No entanto, à data da elaboração da listagem ainda não tinha este novo artigo produzidos os devidos efeitos fiscais e, como tal, ainda não tinha sido atribuído o novo valor patrimonial. Atendendo a que não subsistem dúvidas de que o artigo 846º passou a corresponder ao artigo **2332º**, deve a respetiva informação constante na listagem ser corrigida passando o VPT a ser de **€156.470,00** e a despesa fiscal estimada em **€547,65**. Como referido, a listagem que foi submetida ao Órgão Executivo, na sua reunião de 21 de dezembro de 2017, e posteriormente

remetida à AT, continha uma despesa fiscal estimada em **€116.179,12**. Em face das necessárias retificações, conforme acima descrito, a despesa fiscal dos prédios que reúnem condições para a isenção de IMI, no Centro Histórico, relativamente ao IMI de 2017, passa a ser de **€116.512,30**, o que significa um acréscimo de €333,18 em relação ao que constava da listagem anteriormente aprovada. Para os devidos efeitos, devem os esclarecimentos expostos na presente informação e a respetiva listagem corrigida ser remetidos à AT, devendo ainda submeter-se a conhecimento da Câmara Municipal, na próxima reunião ordinária.” A listagem dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

10. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de março de 2018, que aprovou a conta final, o auto de medição e o auto final respeitante à empreitada designada por “Requalificação da rua Domingos Torcato Ribeiro e Praceta Lions Internacional – Costa”, adjudicada a “Empresa de Construções – Amândio Carvalho, S.A.” nos valores, respetivamente, de €385.771,34 + IVA, €385.771,34 + IVA e €57.515,57 + IVA. -----

11. Da seguinte informação dos serviços da Divisão de Património Municipal: **“HASTA PÚBLICA Nº 1/2018 – VENDA DE 10 VIATURAS ABANDONADAS NA VIA PÚBLICA, 3 VEÍCULOS MUNICIPAIS E METAIS FERROSOS E ALUMÍNIO – PROC.º Nº 40/34/2017** - No dia 28 de março findo, pelas 14h30, realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal Raul Brandão o ato público do procedimento identificado em epígrafe, conforme aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião realizada em 22 de fevereiro de 2018. Foi lavrada a respetiva ata, que se anexa e, conforme ali consta, foram provisoriamente adjudicados os bens colocados à venda pelos seguintes valores: Lote 1 - Viaturas abandonadas na via pública - €1.770,00 + IVA; Lote 2 – Viaturas municipais - €620,00 (isento de IVA artigo 9º do CIVA); Lote 3 – Metais ferrosos e alumínio - €220,00/tonelada (IVA



suportado pela adquirente). Assim, submete-se à consideração superior a arrematação definitiva dos bens, de acordo com o exposto na referida ata, devendo o assunto ser submetido à Câmara para conhecimento. À consideração superior.” -----

12. Do Relato Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

13. Do Relatório e Parecer do Auditor Externo sobre as Contas do Exercício de 2017, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2018. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador Ricardo Araújo não participou na votação da ata uma vez que não esteve presente na reunião. -----

FREGUESIAS - CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS FREGUESIAS –

Presente a seguinte proposta: “Estabelece o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios, através dos seus órgãos, podem deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. O Presidente da Câmara, no uso das competências que lhe foram conferidas por deliberação da Câmara Municipal de 19 de outubro de 2017, promoveu a discussão e a preparação com as juntas de freguesia, cabendo-lhes a iniciativa e escolha das obras a realizar no ano de 2018, no âmbito das suas atribuições no domínio, entre outras, do equipamento rural e urbano, do ambiente e salubridade, do desenvolvimento, do ordenamento urbano e rural e da proteção da

comunidade, sendo suas competências próprias nessa matéria, designadamente, gerir, conservar e ou promover a limpeza e reparação de espaços públicos e equipamentos de âmbito local e administrar e conservar o património da freguesia, conforme estabelecido nas alíneas z), aa), bb), hh) e ii) do n.º 1 do artigo 16.º do mesmo diploma legal, sendo que as verbas a conceder foram ponderadas, de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores, tendo em vista a concessão de apoios municipais. Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Contratos de Atribuição de Subsídio com as Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação do mapa de repartição de apoios a conceder neste âmbito, com menção das obras a que se destinam e ainda a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2018, cujo valor anual consta do mapa em anexo (**Doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA**

APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. -----

FREGUESIAS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS (CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS) – Presente a seguinte proposta.

“Estabelece o disposto no n.º 2 do artigo 117.º, em conjugação com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os



domínios dos interesses próprios das populações. O Presidente da Câmara, no uso das competências que lhe foram conferidas por deliberação da Câmara Municipal de 19 de outubro de 2017, promoveu a discussão e a preparação com as juntas de freguesia tendo em vista a celebração de contratos de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos na alínea l), do nº 1, do art.º 33º do aludido diploma legal, cabendo-lhes a iniciativa e escolha das obras a realizar no **ano de 2018**, no âmbito da manutenção, conservação e reparação das vias municipais, bem como a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços e redes de circulação integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal, conforme estabelecido nas alíneas bb) e ee) do n.º 1 do mesmo artigo 33.º, sendo que as verbas a conceder neste domínio foram ponderadas de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores. Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos da referida Lei n.º 75/2013, a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação do mapa de repartição de apoios a conceder neste âmbito, com menção das obras a que se destinam e ainda a transferência das correspondentes verbas, **no ano civil de 2018**, por conta das competências a delegar, cujo valor anual consta do mapa em anexo (**Doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho

Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os sentidos de voto em reunião de Câmara são instrumentos políticos. Os mesmos não podem ter o significado de tentar bloquear aquilo que pretende um determinado ponto da agenda mas antes de manifestação de discordância política quanto à forma e ao modo como ele nos é proposto. É o que sucede neste ponto. Os vereadores eleitos nas listas do PSD e do CDS jamais tentariam bloquear ou impedir as transferências que o Município pretende fazer para cada uma das suas freguesias, seja a título de delegação de competências mediante contrato interadministrativo (ponto 16) seja a título de subsídio designado como Apoio Municipal às Freguesias do concelho de Guimarães (ponto 15). Mas, por outro lado, têm que poder manifestar de modo politicamente relevante a sua mais viva discordância com a forma como a Câmara de Guimarães atua com as suas Freguesias e com os montantes que a mesma Câmara dispensa às autarquias locais que lhes asseguram proximidade com a população. No passado dia 05.04.2018, o jornal regional “Diário do Minho” noticiava que a Câmara Municipal de Barcelos, que tem um orçamento total de cerca de 64 milhões de euros, vai atribuir este ano cerca de 5,1 milhões de euros às freguesias do concelho, através do protocolo de delegação de competências que lhes permite receber o equivalente a 200% da verba do Fundo de Financiamento das Freguesias. O Presidente da respetiva Câmara defendeu, aquando da assinatura do protocolo, que esta medida “permite uma intervenção mais eficiente ao nível das necessidades objetivas da população”. Por seu turno, Guimarães que tem um orçamento anual de cerca de 105 milhões de euros atribui às freguesias cerca de 1,1 milhão de



euros, o que corresponde a menos de 1% do orçamento total disponível. O exemplo da autarquia de Barcelos, à semelhança de outras, é demonstrativo de uma verdadeira política descentralizadora e de reforço de competências às juntas de freguesia. Já no concelho de Guimarães verificase uma postura de desconsideração e desrespeito político pelas Juntas de Freguesia. Em 14.01.2015 apresentamos uma proposta à Câmara Municipal para que esta distribuísse de modo equitativo pelas suas Juntas de Freguesia o montante remanescente da II edição do Orçamento Participativo, que ascendia a €772.000,00. O Partido Socialista opôs-se a esta proposta, votou contra. Ainda no mesmo ano, a 21.10.2015, os vereadores da coligação Juntos por Guimarães corporizaram aquela que tem sido a sua proposta já de há muito tempo a esta parte, apresentando para votação desta Câmara uma proposta para que “a verba destinada anualmente pelo Município de Guimarães para transferência para as suas juntas de freguesia, por Delegação de Competências (contratos interadministrativos), ou Apoio Municipais (subsídios), seja correspondente ao dobro do valor que anualmente lhes seja atribuído pelo Fundo de Financiamento das Freguesias”. O Partido Socialista rejeitou esta proposta, votando contra. Atitudes que são absolutamente reveladoras da falta de respeito do executivo socialista pelo princípio da autonomia do poder local que a Câmara de Guimarães reclama do Estado Central, mas recusa aplicar às suas Juntas de Freguesia. A Câmara mantém uma postura intencional de criação e incentivo da dependência das Juntas de Freguesia da sua Câmara Municipal. Cultiva a subserviência que gosta que os Presidentes de Junta manifestem para poderem ter a simpatia da Câmara e do seu Presidente. Desrespeita, todos os dias, o princípio da autonomia do poder local. É sabido que as verbas de que dispõem as juntas de freguesia para sua gestão própria, enquanto autarquia local, são insuficientes para uma intervenção

política independente e mais eficaz em prol das populações que representam. Esta proposta nada mais manifesta do que uma continuação de uma política que vem sendo seguida até aqui, política essa com a qual discordamos frontalmente. Por essa razão, por discordarmos politicamente daquilo que significa esta delegação de competências, ao arrepio do que defendemos nesta matéria, votamos contra este ponto. Manifestando expressamente não discordarmos do conjunto de intervenções que cada delegação de competências ou apoio municipal atribuídos proporcionam.” -

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CALDELAS - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2017 – PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 26 de maio de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 27 de abril de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Caldelas, para execução da obra de “Pavimentação e construção de rede drenagem de águas pluviais da rua da Lama, rua da Quintã, repavimentação da Travessa do Montinho e alargamento da rua do Azemel”, com uma verba até ao limite do valor de €33.310,12. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir as obras no ano de 2017, solicitando a alteração do prazo do contrato, de forma a executar as obras acima identificadas até ao final do ano de 2018. Assim, nos termos da cláusula 11ª do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado em 22 de agosto de 2017, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão àquele contrato, passando a cláusula 7ª a ter a seguinte redação: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**



APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CALDELAS – OBRAS DE ALARGAMENTO DA VIA E CONSTRUÇÃO DE UM PASSEIO NA RUA DA CHARNECA E ALARGAMENTO DE UM TRECHO NA RUA BENTO RIBEIRO SALGADO BARRETO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - Presente a seguinte proposta: “A

Freguesia de **Caldelas** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das **Obras de alargamento da via e construção de um passeio na Rua da Charneca e alargamento de um trecho na Rua Bento Ribeiro Salgado Barreto**. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de **€13.782,97 (treze mil setecentos e oitenta e dois euros e noventa e sete cêntimos)**, de acordo com a quantificação. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à **Freguesia de Caldelas**, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €13.782,97 (treze mil setecentos e oitenta e dois euros e noventa e sete cêntimos)**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS – FREGUESIA DE GONDAR - CONCLUSÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA E URBANIZAÇÃO DO CALVÁRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Gondar solicitou o apoio

desta Câmara Municipal para a conclusão dos trabalhos de pavimentação da rua e Urbanização do Calvário. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos necessários a executar no local em causa, estimando uma despesa no valor total de €14.000,00, IVA incluído à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Gondar, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €14.000,00, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PONTE - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR DO EDIFÍCIO DA SEDE DA JUNTA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO. REQUALIFICAÇÃO DO LARGO COMENDADOR MANUEL GONÇALVES E ALARGAMENTO DA RUA REITOR JOAQUIM AUGUSTO MACIEL RIBEIRO TORRES – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Presente a seguinte proposta:

“A Freguesia de Ponte solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a requalificação do espaço exterior do edifício da sede da Junta de Freguesia, para instalação da “Casa da Música de Ponte”, bem como para a conclusão dos trabalhos de requalificação do Largo Comendador Manuel Gonçalves, em Campelos, e alargamento da rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Ribeiro Torres, desde o largo da Igreja até à rua da Pontizela. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos



necessários a executar no local em causa, estimando uma despesa no valor total de € 81.152,75 (oitenta e um mil, cento e cinquenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos), já com IVA incluído, à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Ponte para a requalificação do espaço exterior do edifício da sede da Junta de Freguesia, para instalação da “Casa da Música de Ponte”, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €35.118,16 (trinta e cinco mil cento e dezoito euros e dezasseis cêntimos), já com IVA incluído, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos da minuta em anexo (**Doc. 1**). Propõe-se, igualmente, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência com a Freguesia de Ponte, conforme minuta que igualmente se anexa (**Doc. 2**), para a conclusão dos trabalhos de requalificação do Largo Comendador Manuel Gonçalves, em Campelos, e alargamento da rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Ribeiro Torres, desde o largo da Igreja até à rua da Pontizela, pelo valor de €46.034,58 (quarenta e seis mil e trinta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos), já com IVA incluído. A ser aprovado, as verbas em apreço serão pagas mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes das minutas acima referidas.” As minutas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – ATRIBUIÇÃO DE

SUBSÍDIO – AQUISIÇÃO DE TERRENO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Candoso S. Martinho solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a aquisição de um terreno para alargamento de cemitério, apresentando para o efeito cópia da escritura de compra e venda e respetiva avaliação pericial realizada. Assim, tendo em conta o interesse público inerente de que esta aquisição se reveste, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Candoso S. Martinho, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €10.000,00, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante Contrato de Atribuição de Subsídio a celebrar.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE**

APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO - CONTINUIDADE DE PROJETOS SOCIAIS - PROJETO “CANDOSO ATIVO” – Presente a seguinte

proposta: “Na sequência do Orçamento Participativo decorrido no ano de 2015, foi desenvolvido um projeto de cariz social que se revelou do maior interesse para o desenvolvimento da comunidade onde está inserido. Este projeto, intitulado “Candoso Ativo”, tem como principal objetivo a promoção do envelhecimento ativo e a prevenção do isolamento social de pessoas com idade igual ou superior a 55 anos, residentes na Comissão Social Interfreguesias Vale do Selho, garantindo, simultaneamente, o acompanhamento dos idosos sinalizados no âmbito do Programa “Guimarães 65+”. Após um ano de execução, entre 1 de maio de 2018 e 30 de abril de 2019, a equipa de profissionais que apoia este projeto (um animador sociocultural e uma psicóloga), implementou um programa de atividades de animação sociocultural, que envolveu mais de 20 visitas a espaços culturais e de lazer. Este projeto desenvolve igualmente um



conjunto de *ateliers* e oficinas (*ateliers* temáticos, de teatro, de trabalhos manuais, de música, de debate, de informática, entre outros), bem como assegura o acompanhamento psicológico de alguns idosos (de acordo com os relatórios de execução arquivados na Divisão de Ação Social). Considerando a pertinência deste projeto e o caráter inovador das respostas que disponibiliza, e tendo também em linha de conta que a sua continuidade se afigura essencial na garantia de uma melhor qualidade de vida desta população, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a proposta de continuidade do Projeto “Candoso Ativo”, através da transferência, a título de subsídio, do valor de €40.000,00 (quarenta mil euros), correspondente a um período de 12 meses (de 1 de maio de 2018 a 30 de abril de 2019), à Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE SILVARES - REQUALIFICAÇÃO DO CEMITÉRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Silvares solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a obra de requalificação do Cemitério da freguesia, tendo apresentado um orçamento no valor de €10.917,50, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Tal orçamento foi analisado e validado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Silvares, mediante a atribuição de um

subsídio no valor de €11.572,55, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO BURGÃO E BACELO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de **Sande S. Martinho** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das **Obras de pavimentação das Ruas do Burgão e BaceLO**. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de **€41.118,03 (quarenta e um mil, cento e dezoito euros e três cêntimos)**, de acordo com a quantificação. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à **Freguesia de Sande S. Martinho**, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de € 41.118,03 (quarenta e um mil, cento e dezoito euros e três cêntimos)**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta



anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM – PROJETO DE CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– Presente a seguinte proposta: “A Freguesia da Briteiros Santo Estêvão e Donim Costa solicitou um apoio financeiro para a realização do Projeto de construção do Cemitério, em Briteiros Santo Estêvão, apresentando para o efeito uma proposta de honorários no valor total de €9.750,00 (IVA incluído). O Departamento de Obras Municipais procedeu à análise dos documentos apresentados, tendo concluído que os valores indicados refletem corretamente a dimensão e natureza do projeto a executar. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Briteiros Santo Estêvão e Donim, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €9.750,00, destinado ao projeto acima identificado, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À**

APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE GONÇA – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA CULTURA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de **Gonça** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das Obras de **requalificação do Largo da Cultura**

(demolições, pavimentação, eletricidade, drenagens e acessórios). Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de **€116.620,00 (cento e dezasseis mil, seiscentos e vinte euros)**, ao qual acrescerá valor do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à **Freguesia de Gonça**, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €123.617,20 (cento e vinte e três mil, seiscentos e dezassete euros e vinte cêntimos)**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PENCELO – CONCLUSÃO DA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Pencilo solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a conclusão da obra de ampliação do Cemitério da freguesia, tendo apresentado um orçamento no valor de 147.445,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Tal orçamento foi analisado e validado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Pencilo, mediante a atribuição de um subsídio no valor de 56.292,32€, ao abrigo do



disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PENCELO - INAUGURAÇÃO DA CASA MORTUÁRIA E CEMITÉRIO EM PENCELO – PRESTAÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO – Presente a seguinte proposta: “Aprazada para as 10h30 do próximo dia 14 de abril, a inauguração da Casa Mortuária e do Cemitério em Pencilo decorrerá em ato público contando com a participação de entidades civis e religiosas de relevo. Para o efeito, vem a Junta de Freguesia de Pencilo solicitar a cedência, instalação, recolha e operação do seguinte material: Sistema de som; 75 cadeiras; 2 bandeiras da cidade para utilizar no descerramento das placas. Estando a Divisão de Cultura habilitada a prestar os apoios solicitados, e estando disponível todo o material supra identificado, proponho que tais apoios sejam assegurados pela Câmara Municipal, pressupondo autorização para prestação do trabalho extraordinário implicado na sua montagem, instalação, recolha e operação.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE SELHO SÃO CRISTÓVÃO – OBRAS NA RUA DAS CASAS NOVAS E NA RUA DO ADRO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de **Selho São Cristóvão** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução de Obras na **Rua das Casas Novas** (pavimento e drenagem de águas pluviais) e na **Rua do Adro**

(pavimento e muro. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou os levantamentos dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de **€30.308,34 (trinta mil, trezentos e oito euros e trinta e quatro cêntimos)**, ao qual acrescerá valor do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à **Freguesia de Selho São Cristóvão**, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €32.126,84 (trinta e dois mil, cento e vinte e seis euros e oitenta e quatro cêntimos)**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE ALDÃO – OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS EM DIVERSAS RUAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de **Aldão** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das Obras de construção de passeios (e trabalhos complementares) em diversas ruas, nomeadamente: Rua D. Afonso Henriques, Rua Dr. º Alfredo Pimenta, Rua Egas Moniz e Rua Dona Teresa. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de **€66.957,96 (sessenta e seis mil e novecentos e cinquenta e sete euros e noventa e seis cêntimos)**, ao qual acrescerá valor do IVA à taxa



legal em vigor, de acordo com a quantificação. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à **Freguesia de ALDÃO**, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €70.975,44 (setenta mil, novecentos e setenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos)**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À**

APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE SÃO TORCATO – OBRAS DE ALARGAMENTO, PISO E CONSTRUÇÃO MURO DE SUPORTE NA RUA DAS BOUÇAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de **São Torcato** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das **Obras de alargamento, piso e construção muro de suporte na Rua das Bouças**. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de **€25.619,55 (vinte e cinco mil, seiscentos e dezanove euros e cinquenta e cinco cêntimos)**, ao qual acrescerá valor do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à **Freguesia de São Torcato**, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €27.156,72 (vinte e sete mil, cento e cinquenta e seis euros e setenta e dois cêntimos)**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e

da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS - FREGUESIA DE SELHO S. JORGE - CONCLUSÃO DA PRIMEIRA FASE DA REQUALIFICAÇÃO DO CEMITÉRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –

Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Selho S. Jorge solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a conclusão da primeira fase da obra de requalificação do Cemitério da freguesia. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos necessários a executar no local em causa, estimando uma despesa no valor total de €173.205,49, acrescido de IVA incluído à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Selho S. Jorge, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €75.606,83, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de



Barco solicitou a colaboração do Município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos, no dia 29 de março, a Guimarães. Considerando que se trata de uma visita de estudo ao Espaço Guimarães, que será realizada pelos alunos que se encontram em interrupção letiva e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, foi deferido o pedido por despacho de 26 de março de 2018. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PROTOCOLOS - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: “A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, veio aprovar as medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelecer a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população. Assim, considerando que na assunção das responsabilidades que lhe estão cometidas por lei e interpretando o sentimento coletivo de que importa defender a higiene e saúde pública, bem como a segurança das pessoas, mas salvaguardando sempre os direitos dos animais, a Câmara Municipal de Guimarães possui uma estrutura, atualmente designada por Centro de Recolha Oficial do Concelho de Guimarães, doravante CRO de Guimarães, de modo a responder mais adequadamente às exigências legais e possibilitando também novas valências, nomeadamente, para promover a adoção de animais. Considerando que o Regulamento do Centro de Recolha Oficial do Concelho de Guimarães está na fase da consulta pública, publicado pelo Edital n.º

248/2018, do Diário da República de 2 de março de 2018, artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo. Considerando que consta no artigo 26.º deste Regulamento, que podem ser desenvolvidas formas de cooperação entre as associações zoófilas legalmente reconhecidas e que disponham de estatuto de utilidade de pública. Considerando que a Sociedade Protetora dos Animais de Guimarães, doravante SPAG, é uma associação sem fins lucrativos, fundada a 11 de novembro de 1911. Dado que é reconhecido o mérito à SPAG no âmbito da recolha, tratamento e adoção de animais abandonados, sendo portanto, preponderante alicerçar este Know-how ao serviço do CRO de Guimarães, promovendo não só o bem-estar animal mas também a saúde pública, e por fim aumentar o número de animais adotados. Considerando que compete às câmaras municipais, de acordo com o disposto na al. u) do n.º 1 do art. 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apoiar atividades que contribuem para a promoção da saúde e prevenção das doenças. Assim, em face do exposto, submete-se para aprovação da minuta do Protocolo que consta em anexo.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS – Presente, para aprovação, a proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, aprovada em reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da Vimágua, realizadas, respetivamente, nos passados dias 15 e 16 de março, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor a Vice-Presidente da Câmara,



Adelina Paula Pinto, e os Vereadores Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo, tendo a Vice-Presidente da Câmara usado o **voto de qualidade** após se ter repetido a votação por se ter verificado empate na primeira votação. **O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. A Vice-Presidente assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta.** -----

REGULAMENTOS - CORREÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E ABERTURA DO PROCEDIMENTO TENDENTE À ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO REGULAMENTO – Presente a seguinte proposta: “Com a entrada em

vigor do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, no passado dia 21 de dezembro, para além dos apoios para pagamento de despesas associadas a situações de vulnerabilidade social extrema (necessidades básicas), bem como dos subsídios para melhoria das condições de habitabilidade, passam igualmente a ser contempladas novas situações que resultam de outros fatores de exclusão, como o acesso ao ensino superior, através da atribuição de Bolsas de Estudo, passando também a prever-se a promoção da saúde, nomeadamente através do apoio à vacinação não contemplada no Plano Nacional de Vacinação e do acesso a medicação. Este novo Regulamento vem ainda acrescentar, aos apoios anteriormente concedidos ao abrigo da alínea a) do artigo 2º, a possibilidade de serem comparticipadas despesas associadas à aquisição de eletrodomésticos ou

outros recursos considerados essenciais para suprir as necessidades básicas dos agregados familiares em situação de comprovada carência socioeconómica. Estes apoios são concedidos por via de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento destas despesas, que assumem um comprovado carácter de urgência, atualmente com uma dotação de €3000,00 mensais. Desde o início do ano foram aprovadas 198 candidaturas e apoiados os respetivos agregados familiares por via da verba disponibilizada neste fundo de maneio. Note-se que, antes da concessão de qualquer apoio, a equipa técnica da Unidade de Apoios e Benefícios Sociais articula sempre com a Segurança Social e com outras estruturas locais, só sendo trabalhados os processos mediante informação daquelas entidades de que não têm capacidade para responder aos pedidos em tempo útil. Este trabalho em rede tem vindo a ser aperfeiçoado nos últimos anos, existindo para todos os casos evidências desta auscultação prévia, por forma a assegurar que os apoios previstos neste Regulamento são efetivamente o último recurso destas famílias, e também a garantir condições de vida dignas às pessoas em situação de grande fragilidade e precariedade socioeconómica, desenvolvendo uma ação social ativa que assegura que os apoios a conceder são suscetíveis de gerar efeitos a longo prazo. Contudo, tem-se verificado que a verba prevista neste Fundo de Maneio se tem revelado manifestamente insuficiente para as candidaturas a apoio que dão entrada nesta Divisão devido, essencialmente, a constar do Regulamento que os apoios para aquisição de eletrodomésticos são passíveis de ser concedidos através do fundo de maneio. Efetivamente, registou-se um conjunto de pedidos para apoio na aquisição de eletrodomésticos, desde janeiro até março deste ano, no valor total de €928,99, significando, portanto, que os apoios para este tipo de equipamentos absorvem uma percentagem significativa da verba mensal



disponibilizada para necessidades básicas. Com base no exposto, assumindo que a tendência evidenciada no primeiro trimestre de 2018 tenderá a manter-se ou acentuar-se, considerando os valores implicados no apoio à aquisição de eletrodomésticos ou outros recursos destinados a suprir as necessidades básicas das famílias mais carenciadas, e uma vez que, esgotada a verba deste Fundo, deixamos de ter possibilidade de responder, em tempo útil, a alguns pedidos de apoio que envolvem cortes de água e de luz, coloco à consideração superior, que a comparticipação para aquisição de eletrodomésticos ou outros recursos para satisfação de outras necessidades básicas não seja paga através do Fundo de Maneio, tal como acontece atualmente, mas sim através de deliberação autónoma, passando o **nº 1 do art.º 13º** do Regulamento a ter a seguinte redação: “1 — *Os subsídios a que se refere a alínea a) do artigo 2.º, com exceção dos que se destinam a comparticipar despesas com eletrodomésticos ou outros recursos, são atribuídos na totalidade, mediante apresentação das faturas com as despesas a comparticipar e tendo em conta a disponibilidade do respetivo fundo de maneio mensal*”. Sugere-se, ainda, o aditamento de mais um ponto nesta norma (**nº 1.1 do art.º 13º**), destinado a clarificar o procedimento para comparticipação das despesas com aqueles equipamentos, com a seguinte redação: “1.1 - *Os subsídios destinados a comparticipar despesas com eletrodomésticos ou outros recursos, referidos na alínea a) do artigo 2.º, são atribuídos na totalidade, após respetiva deliberação de Câmara, mediante apresentação das faturas com as despesas a comparticipar*”. Aproveita-se esta oportunidade para propor a correção de um lapso verificado no texto do Regulamento. Assim, no número 3 do artigo 15º deverá remeter-se para a alínea f) do artigo 2º e não para a alínea g), como, por erro, assim constava, pelo que esta norma passaria a ter a seguinte redação: “*Ficam automaticamente excluídas todas*

*as obras que, nos termos da lei e independentemente do que for estipulado no contrato, sejam da responsabilidade dos senhorios (aplica-se apenas a candidaturas relativas a habitações arrendadas que se enquadrem no disposto na alínea f) do artigo 2.º do presente Regulamento) ”. Refira-se que qualquer das alterações ora propostas, por serem de pormenor e não modificarem o objeto ou a finalidade das normas - uma vez que, para além de ser corrigido um lapso, apenas é alterada a forma de pagamento - não configuram uma alteração ao Regulamento, pelo que, atendendo à urgência na resolução da situação descrita, sugere-se que aquelas sejam aprovadas na próxima reunião de Câmara para que entrem, de imediato, em vigor. Entretanto, decorrido um processo de avaliação da aplicação deste Regulamento, entendemos conveniente rever algumas das suas normas, cujas alterações envolvem já uma modificação com algum significado, o que exige a aprovação de abertura de procedimento nos termos art.º 98º do Código do Procedimento Administrativo. Assim, coloca-se à consideração superior, a submissão à Câmara Municipal de abertura do procedimento tendente à elaboração da revisão do Regulamento para posterior aprovação pelos competentes órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental deve ser efetuada no portal institucional do Município, devendo os interessados constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no Portal, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração do mencionado Regulamento, que devem ser formalizados por escrito, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----*

REGULAMENTOS - PROPOSTA DE REGULAMENTO DA INCUBADORA MUNICIPAL DENOMINADA TECPARK – Presente a seguinte proposta: “A TecPark, instalada no AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia de



Guimarães, com o seu posicionamento estratégico nas áreas geográficas do Ave e confinantes, constitui uma infraestrutura de excelência funcional para a instalação de empresas de grande intensidade em conhecimento científico e tecnológico. O parque insere-se numa área de influência distrital com acesso direto a 850 mil habitantes, destacando-se aqui a Universidade do Minho, com os seus mais de 20 mil alunos e 1100 professores distribuídos pelos Polos de Braga e Guimarães, sendo uma peça fulcral nesse território de intensa dinâmica populacional, institucional e empresarial. A proximidade às grandes instituições universitárias e tecnológicas da região e do país, a possibilidade de ligação à macro rede viária nacional e a sua conexão com infraestruturas fundamentais da atividade económica do norte do país, incluindo aeroporto e portos marítimos regionais, potenciam o seu desenvolvimento enquanto plataforma de serviços avançados para a criação de sinergias e complementaridades entre as comunidades científico-tecnológicas e industrial. O AVEPARK tem crescido na sua forma física e funcional através da instalação de empresas e institutos de expressão mundial, de que são exemplos incontornáveis o Instituto de Excelência de Tecidos e Medicina Regenerativa – 3B's, entidade que reúne cerca de 160 cientistas e investigadores com formações diferenciadas, oriundos de diferentes países, e que perspetiva a investigação e trabalho no desenvolvimento de novos materiais e produtos biodegradáveis e aplicações clínicas, nomeadamente ao nível da regeneração e substituição de tecidos humanos, e a Associação SpinPark, que promove e apoia atividades de tecnologia avançada e intensivas em conhecimento. A região do Ave e o distrito de Braga contribuem decisivamente para a produção de riqueza do país, sendo contribuintes líquidos das balanças de transações e verdadeiros motores da economia nacional em virtude da capacidade das suas empresas e do pragmatismo dos seus empresários para trabalhar as

vendas e as exportações. Para consolidar a sua posição nessa região e constituir-se como uma plataforma de internacionalização e de dinamização das vertentes educacional, científica, tecnológica e empresarial, e estruturar as comunidades científico-tecnológica e industrial, constituem ações fundamentais a desenvolver pelo AVEPARK: a) A instalação de instituições de I&D, bem como projetos de I&D de natureza industrial; b) A criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas baseadas em conhecimento avançado; c) O acolhimento de empresas que permitam transferir conhecimento avançado para produção industrial, fomentando emprego qualificado e produtos de excelência; d) A formação em áreas estratégicas, nomeadamente a nível de pós-graduação; e) A atração de investimento estrangeiro em setores de alta intensidade tecnológica; f) A prestação de serviços de I&D e de difusão científica e tecnológica, tanto no âmbito do AVEPARK como para entidades exteriores; g) A criação de um ambiente com elevado nível técnico-científico, modelo de ligações investigação-indústria e catalisador de transferência de tecnologia; h) O estabelecimento de um modelo exemplar de ordenamento físico, determinado por preocupação com a defesa do ambiente e a qualidade paisagística e arquitetural. Pela sua natureza, a estruturação de um espaço, no AVEPARK, com as características de uma incubadora de âmbito tecnológico e de gestão municipal - TecPark, deverá não apenas integrar-se naquele conjunto de ações, como colmatar lacunas que subsistam no apoio ao empreendedorismo da grande comunidade populacional, industrial e científica em que se insere. Apoiar iniciativas relacionadas com setores que favoreçam a transferência de conhecimento para a indústria, acolher *spin-offs*, potenciar o desenvolvimento de *startups* e melhorar as condições de desenvolvimento de projetos nas áreas da internacionalização, gestão, computação, biotecnologia e engenharia, entre outras, vocações naturais



do AVEPARK, beneficiarão muito do investimento na TecPark e permitirá desenvolver projetos viáveis que reforçarão o peso do concelho e da região enquanto motores nacionais de criação de emprego e riqueza. Assim, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em reunião de 8 fevereiro de 2018, dar início ao procedimento tendente à aprovação do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). O mesmo visa estabelecer princípios e regras com vista à gestão e utilização da TecPark – Incubadora de Base tecnológica, integrada no perímetro do Parque de Ciência e Tecnologia de Guimarães, em áreas que apoiem a transferência de conhecimento avançado para a produção científico-industrial, que fomentem emprego qualificado, que atraíam investimento em setores de alta intensidade tecnológica ou que revelem elevado potencial de crescimento (*startups*). No decurso do prazo estabelecido para o efeito, nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101º do CPA, uma vez que se entende que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste regulamento uma consulta pública, porque não afeta, de modo direto e imediato, direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101º. No uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, proponho a aprovação do regulamento

em anexo que, a merecer decisão favorável, deve ser submetido a ulterior aprovação pela Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das al.s k) e ee) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.”

A proposta de regulamento dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - TRIÉNIO 2018/2020 – ADJUDICAÇÃO – Presente, para aprovação, o relatório final, que se anexa, respeitante ao procedimento em epígrafe, propondo a manutenção da exclusão da proposta da Uniself, ao abrigo do disposto nos artigos 70.º n.º 2 alíneas b), c) e g) e 146.º n.º 2 alínea o) do CCP e a adjudicação ao concorrente “Eurest (Portugal) – Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.”, pelo preço de €6.758.861,16, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 99,00M², SITUADA NO LUGAR DE SEGADE, FREGUESIA DE S. TORCATO – Presente a seguinte informação: “No decurso da obra de construção da habitação licenciada pelo Alvará nº 361/09 a que corresponde o processo nº 386/07, verificou-se a ocupação da área de 99,00m², correspondente a parte do Caminho Público nº 1565, situado no lugar de Segade, da freguesia de S. Torcato. Com vista à regularização desta situação, o dono da obra, Sr. José Carlos Cardoso Marques, veio propor a permuta daquela área por uma outra, de sua propriedade, com a área de 93,00m², para integrar no domínio público, destinada a acessibilidade alternativa à área do Caminho Público por si ocupada, conforme melhor se



alcança da planta anexa. De acordo com parecer urbanístico emitido em 06/04/2016, entende-se que a pretensão tem enquadramento legal pelo avanço dos trabalhos executados que a obra apresenta, não podendo a mesma prosseguir sem que seja concretizada a permuta. Solicitada a avaliação das duas parcelas de terreno ao perito da lista oficial, foi atribuído o valor de €13.830,44 à parcela com a área de 99,00m² e de €2.775,08 à parcela com a área de 93,00m². Notificado da avaliação, o Sr. José Carlos Cardoso Marques vem informar do seu interesse no prosseguimento do processo, aceitando pagar o valor de €11.055,36, referente à diferença de valores dos terrenos. Deste modo, haverá necessidade de se proceder à desafetação do domínio público da referida parcela de terreno com a área de 99,00m², situada no lugar de Segade, da freguesia de S. Torcato, a confrontar do norte e do sul com terrenos de José Carlos Cardoso Marques, no nascente com Caminho Público 1565 e do poente com Caminho Público 1565-1. Em caso de aceitação superior, e nos termos do previsto na alínea ccc), nº 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea q), nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 72/2013, de 12 de setembro, deverá a Câmara apresentar proposta à Assembleia Municipal no sentido de aprovação da desafetação do domínio público da parcela de terreno supra identificada. À consideração superior.” A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PATRIMÓNIO - DESAFETAÇÃO DE TERRENO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO - LUGAR DAS CASAS VELHAS, FREGUESIA DA COSTA – Presente a seguinte informação: “A Sociedade António Vaz & Ribeiro, Lda., na qualidade de promotora do loteamento titulado pelo Alvará nº 17/04, localizado no lugar das Casas Novas, da freguesia da Costa, e enquanto proprietária do lote 4 deste mesmo

loteamento, veio demonstrar interesse na aquisição de uma parcela de terreno, com o objetivo de a anexar àquele lote para construção de um estacionamento em cave, permitindo assim aumentar a capacidade de estacionamento do edifício habitacional. A parcela de terreno pretendida, com a área de 319,60m², confrontante do sul com o prédio da requerente, está afeta ao domínio público municipal, para zonas verdes, tendo sido cedida no âmbito do referido alvará de loteamento. Conforme informações prestadas pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), e à semelhança do processo para o lote contíguo (lote 3), julga-se coerente manter os parâmetros urbanísticos e dimensionamento nele refletidos, nomeadamente: 1. *“A utilização construtiva do espaço em causa (caso se venha a registar) seja abaixo da cota superficial (ou seja, só se admitindo edificação em cave); 2. O acabamento superficial seja verde e na continuidade do verde público contíguo (e de tratamento a realizar pela entidade municipal); 3. A superfície verde (ou seja, a cobertura da área eventualmente a construir) seja de uso público livre e desimpedido e sem vedação (ou outra barreira física); 4. A manutenção, tratamento e reparação do espaço e construção sob este espaço verde de uso público a alienar fique da responsabilidade exclusiva do comprador; 5. A parcela em causa seja para anexar ao lote e vise favorecer o estacionamento automóvel interior das edificações; 6. Dada a especificidade da parcela em causa, deverá ser salvaguardo o acesso ao PT previsto em presente loteamento à superfície do terreno ou salvaguardada a acessibilidade por outro local.”* De igual modo, a Divisão de Espaços Verdes em 19/01/2018 informa que de acordo com o plano de manutenção de espaços verdes, e numa perspetiva de gestão dos recursos existentes, não vê inconveniente na alienação do terreno. De acordo com o relatório de avaliação elaborado por perito externo, para a parcela confrontante com o lote 3, o valor justo a atribuir ao



terreno é de **€29.623,72** (vinte e nove mil seiscientos e vinte e três euros e setenta e dois cêntimos), mediante o cumprimento das premissas estabelecidas pela DPGU, valor este que obteve concordância da empresa António Vaz & Ribeiro, Lda. Atendendo a que o domínio público é inalienável, torna-se necessária a prévia desafetação do domínio público, para ulterior alienação. Assim, em caso de aceitação superior, e nos termos do previsto na alínea ccc), nº 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea q), nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 72/2013, de 12 de setembro, deverá a Câmara apresentar proposta à Assembleia Municipal no sentido de aprovação da desafetação do domínio público da parcela de terreno a seguir identificada: Parcela de terreno com a área de 319,60m² situada no Lugar das Casas Velhas, da freguesia da Costa, a confrontar do norte e do nascente com terrenos do domínio público, do sul com lote 4 do alvará de loteamento 17/04 e do poente com prédio da Imodale - Investimentos Imobiliários, Lda. À consideração superior.” As plantas de localização e de implantação dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

RECURSOS HUMANOS - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL - PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS –

Presente a seguinte proposta: “A Lei n.º112/2017, de 29 de dezembro, estabeleceu o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), ao abrigo do qual foi reconhecida, por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 08/03/2018, a existência de 19 situações que correspondem a atividades de natureza permanente e que os respetivos vínculos jurídicos são inadequados, a saber: a. 1 Técnico superior para a área do Desenvolvimento Económico (lic. em Arquitetura); b. 2 Arquitetos para a Divisão de Estudos e

Projetos, sendo exigível para um deles pós-graduação em design de interiores; c. 1 Arquiteto Paisagista para a Divisão de Estudos e Projetos; d. 1 Engenheiro Civil, com especialização em hidráulica, para a Divisão de Estudos e Projetos; e. 1 Técnico superior com especialização em segurança contra incêndios em edifícios para o Departamento de Obras Municipais; f. 2 Assistentes técnicos para a Divisão de Turismo; g. 11 Assistentes operacionais na área da limpeza urbana para a Divisão de Serviços Urbanos. Os postos de trabalho identificados nas alíneas a) a d), por estarem previstos no Mapa de Pessoal aprovado para o corrente ano de 2018, deram origem à abertura de procedimento concursal, conforme previsto no artigo 10º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, precedendo autorização da câmara datada de 08/03/2018. Os postos de trabalho identificados nas alíneas e) a g) requerem alteração do mapa de pessoal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da referida Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, pelo que se propõe que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a alteração do mapa de pessoal, nos seguintes termos, de acordo com o mapa anexo à presente proposta, que constitui o seu Anexo 1: 1. Para 1 Técnico superior com especialização em segurança contra incêndios em edifícios para o Departamento de Obras Municipais propõe-se a alteração da designação da área de formação académica; 2. Para 2 Assistentes técnicos para a Divisão de Turismo propõe-se a criação de novos postos de trabalho; 3. Para 11 Assistentes operacionais na área da limpeza urbana para a Divisão de Serviços Urbanos propõe-se a alteração da natureza da necessidade, passando de temporária a permanente. A correspondente despesa encontra-se parcialmente cabimentada através do cabimento n.º 294/2018, estando os novos postos de trabalho a criar na área do turismo abrangidos pela revisão orçamental que é submetida simultaneamente a deliberação.” O mapa dá-se aqui por reproduzido e fica



arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---**

ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS - ADESÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: “Dando cumprimento ao despacho do Senhor Presidente, datado de 5 de abril de 2018, exarado no ofício do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Guimarães, onde é solicitada a submissão ao Órgão Executivo, para ulterior aprovação da Assembleia Municipal, de proposta de adesão do Município a uma associação, designada de Associação Nacional de Assembleias Municipais, doravante ANAM, tendo, para o efeito, remetido os respetivos Estatutos e minuta de proposta, que anexamos (**Docs. 1 e 2**), informa-se: A ANAM foi constituída por escritura pública de 7 de maio de 2016, tendo, por escritura de 31 de maio de 2017, alterado os seus Estatutos (cfr. art.º 1º). De acordo com o art.º 2º, nº 2 dos Estatutos, a ANAM tem por objeto a valorização do “... *papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios, apoiando e promovendo para o efeito estudos, seminários, congressos e publicações.*” Dispõe o art.º 3º dos Estatutos que “*São associados da ANAM os municípios, representados pelos respetivos presidentes de assembleia municipal, cujas assembleias municipais hajam deliberado a sua adesão a esta associação.*” De acordo com a referida minuta de proposta, a ANAM foi criada ao abrigo do disposto no art.º 1.º da Lei n.º 54/98, de 18 de agosto - diploma que regula as associações representativas dos municípios e das freguesias - sendo uma associação de direito privado que se rege, entre o mais, pelo estipulado nos art.ºs 157.º e seguintes do Código Civil. Consta, ainda, dos documentos do processo, a deliberação da Assembleia Geral da ANAM, tomada em sessão de 25 de março de 2017, que fixou os valores das quotas a pagar em 2017 pelos

municípios associados, valores que se mantêm em 2018, nos seguintes termos: a) Municípios até 10 000 eleitores; €1.000,00. b) Municípios de 10 000 a 40 000 eleitores; €1.250,00. c) Municípios com mais de 40 000 eleitores; €1.750,00. d) Municípios de Lisboa e Porto: €2.500,00. Uma vez que a invocada Lei nº 54/98 não prevê o procedimento de aprovação de adesão dos municípios a associações daquela natureza, parece-nos que se poderá recorrer à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, concretamente ao disposto na alínea u) do nº 1 do art.º 25º e na alínea s) do nº 1 do art.º 23º, que estabelece as competências dos dois órgãos municipais para decisão sobre a constituição e participação nas associações de municípios de fins específicos (estas previstas nos artigos 108º a 110º). Deste modo, e caso seja entendido superiormente a adesão a esta associação, deverá ser submetida proposta à aprovação da Câmara Municipal, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, anexando os respetivos Estatutos, cabendo ao Município de Guimarães, considerando o respetivo número de eleitores, a quota anual de €1.750,00, sendo a representação do Município da responsabilidade do Presidente da Assembleia Municipal, conforme prescreve o art.º 3º dos Estatutos.” Os Estatutos e minuta de proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À**

APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO TEMPO LIVRE FISCAL – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES, CIPRL, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, COM AS ATUALIZAÇÕES VIGENTES, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS – Presente a seguinte proposta: **“I - ENQUADRAMENTO: 1. A TEMPO LIVRE Fiscal – Centro Comunitário de**



Desporto e Tempos Livres, CIPRL (doravante **TEMPO LIVRE**), é uma Cooperativa de Interesse Público constituída no dia 22 de Janeiro de 1999, por iniciativa do **MUNICÍPIO** de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 21 de Março de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro (adiante **DECRETO**); **2. O MUNICÍPIO** é seu cooperante, e exerce, sobre ela, uma influência dominante, entre outros indicadores, por ser detentora de 89,22 % dos títulos de capital, influência que sempre exercerá por força do disposto no n.º 4 do artigo 5.º dos seus estatutos, que dispõe que “nenhum membro admitido após a constituição da **TEMPO LIVRE** poderá subscrever títulos de capital cujo montante represente mais de vinte por cento do total de capital social”. **3. A TEMPO LIVRE** é, de acordo com o seu objeto social, responsável pela gestão de equipamentos e prestação de serviços na área do desporto, atividade de interesse geral que a **TEMPO LIVRE** vem a desenvolver em benefício do **MUNICÍPIO** de Guimarães. **4. O** resultado da atividade desenvolvida pela **TEMPO LIVRE**, os processos de gestão rigorosos e equilibrados, que por ela são implementados e mantidos pela **TEMPO LIVRE**, têm vindo a permitir rentabilizar os espaços de forma contínua, com melhorias na qualidade dos serviços prestados, e resultados demonstrados nos relatórios anuais apresentados, que se reconhecem de excelência. **5. O MUNICÍPIO** pretende ver essa atividade continuada pela **TEMPO LIVRE** em condições que possibilitem o acesso de todos os utentes aos equipamentos e infraestruturas coletivos para a prática de diversas modalidades desportivas. **II. DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO:** **1.** Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doravante, a **LAEL**), e por força da introdução do n.º 3 no seu artigo 58.º, o disposto nos capítulos III e VI passou a aplicar-se, com as devidas

adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele diploma. **2.** Estando, portanto, a **TEMPO LIVRE**, sujeita à verificação legal do cumprimento dos rácios a que se refere o artigo 62.º, n.º 1 daquele regime jurídico, o que se confirma em relação a todas as alíneas nele plasmadas. **3.** Pelo que, cumprindo todas as demais exigências legais, designadamente as que constam do artigo 47.º da **LAEL**, o contrato programa que ora se submete a aprovação, não compromete a eficácia dos critérios de avaliação de sustentabilidade financeira previstos no referido art.º 62.º, n.º 1. Assim, considerando que: **1.** Todas as atividades promovidas pela **TEMPO LIVRE** são atividades de interesse geral na área do desporto, nos termos da **LAEL**, e integram o âmbito das atribuições do **MUNICÍPIO**, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. **2.** O contrato-programa, doravante o **CONTRATO**, nos termos da **LAEL**, deve definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. **3.** A celebração daquele **CONTRATO** é condição legal indispensável ao desenvolvimento da atividade da prestação de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 47.º da **LAEL**. **III – PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO TEMPO LIVRE FISCAL – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESPORTO E TEMPOS LIVRES, CIPRL:** **1.** Assente nas razões enunciadas nos pontos anteriores, e nos termos do disposto no n.º 5



do artigo 47º da **LAEL**, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o **MUNICÍPIO** de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público **TEMPO LIVRE** Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL. **2.** Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o **MUNICÍPIO** de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público **TEMPO LIVRE** Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL, que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da **LAEL**, titula a transferência da “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área do desporto”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas, nos termos previstos na alínea c), do n.º 6 do artigo 25º do **LAEL**, bem como submeter tais documentos e anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no n.º 5 do Artigo 47º da **LAEL**; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: **3.** Aprovar que o produto proveniente da sua atividade, que inclui as taxas devidas pela utilização dos serviços, constitui receita da Cooperativa de Interesse Público **TEMPO LIVRE** Físical – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL; **4.** Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal; **5.** Caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-

se: a referida minuta e os anexos que dele fazem parte integrante.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – VITRUS AMBIENTE, EM, SA – DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO – Presente, para aprovação do órgão executivo e ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a proposta de designação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.” para o cargo de Fiscal Único da VITRUS para o mandato dos órgãos sociais 2018-2021, aprovada em reunião da Assembleia Geral realizada no passado dia 30 de dezembro, sendo o valor anual dos honorários de €4.800,00 + IVA. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O ANO DE 2018 - CUSTOS DE FUNCIONAMENTO DA CIM DO AVE - Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães faz parte da Comunidade Intermunicipal do Ave, bem como outros sete Municípios do Vale do Ave. No início do ano a CIM do AVE, envia a todos os seus membros, o mapa com as previsões dos custos imputados a cada Município, comparticipação de uma verba anual, bem como, o valor das transferências mensais a efetuar. Assim sendo, submete-se à aprovação do executivo Municipal, a transferência da verba de €67.045,29 (sessenta sete mil e quarenta cinco euros e vinte nove cêntimos), correspondente a custos de funcionamento para o ano 2018. Junto em anexo, quadro dos custos de funcionamento



imputado ao Município de Guimarães.” O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 27 DE SETEMBRO DE 2016 COM A EMPRESA ISMAEL & ABREU TÊXTEIS, LDA – Presente a seguinte proposta. “A empresa Ismael & Abreu Têxteis, Lda., representada por **Manuel da Costa Abreu**, na qualidade de gerente, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 22/09/2016 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 27/09/2016, requerer a renegociação do valor de investimento inicialmente contratualizado, mantendo-se os postos de trabalho propostos no âmbito do contrato inicial. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **41%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela

empresa Ismael & Abreu Têxteis, Lda., nos termos da informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os documentos referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – FERMIR - CONFEÇÕES FERNANDES E MIRANDA, LDA. - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **FERMIR - CONFEÇÕES FERNANDES E MIRANDA, LDA.**, apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **66%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM



aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **FERMIR - CONFEÇÕES FERNANDES E MIRANDA, LDA.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – BRITAMINHO – GRANITOS E BRITAS DO MINHO, LDA - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do

regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **BRITAMINHO – GRANITOS E BRITAS DO MINHO, LDA.**, apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **51%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **BRITAMINHO – GRANITOS E BRITAS DO MINHO, LDA.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – LEANRA,
UNIPESSOAL, LDA. - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR**



– Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art.º 5.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **LEANRA, UNIPESSOAL, LDA.**, apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **32%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **LEANRA, UNIPESSOAL, LDA.**, nos termos da informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**),

bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - EDUCAÇÃO - ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA DE MESÃO FRIO E CRUZ D’ARGOLA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Pais da Escola de Mesão Frio e Cruz D’argola solicitou, a colaboração do Município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de alunos do 4º ano e docentes na viagem de finalistas que se irá realizar nos dias 29 e 30 de maio, a Lisboa. Considerando as condicionantes previstas na Lei n.º 13/2006 de 17 de abril (transporte coletivo de crianças), não é possível atender à pretensão com os veículos municipais, submete-se à aprovação do Executivo Camarário a atribuição de um subsídio no valor de €1.050,00 com base no orçamento anexo.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A proposta de atribuição de um subsídio à Associação de Pais da Escola de Mesão Frio e Cruz D’Argola, no valor de mil e cinquenta euros, para efetuar o transporte de alunos do 4.º ano e docentes na viagem de finalistas que se irá realizar nos dias 29 e 30 de maio, a Lisboa, merece o nosso voto favorável. No entanto, requer uma reflexão acerca das implicações que acarreta, nomeadamente no que concerne aos valores da equidade para todos os alunos do concelho de Guimarães. Considerando que: todos os alunos que frequentam o 4.º ano deveriam usufruir da oportunidade de efetuar uma viagem de finalistas; os alunos finalistas de outros ciclos de escolaridade deveriam beneficiar igualmente do mesmo auxílio; esta situação se verifica todos os anos letivos e em todas as escolas do concelho; propomos que, em



vez de se atribuir um subsídio de cada vez que o mesmo for solicitado por uma escola ou associação de pais, seja criado um Regulamento e que o mesmo seja divulgado junto dos agrupamentos do concelho de Guimarães. Perante o acima exposto, e no pressuposto de que os contributos aqui apresentados serão considerados, votamos a favor desta proposta.” -----

EDUCAÇÃO - ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA E.B. 2, 3 JOÃO DE MEIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Pais da Escola E. B. 2, 3 João de Meira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos e professores da Sala de Estudo, no dia 4 de abril, a Fafe. Considerando que se trata de visita de estudo no âmbito do programa de férias e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado 26 de março de 2018, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - PROGRAMA “OS MELHORES ALUNOS NA UM” - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Na sequência do trabalho em rede que tem vindo a ser promovido pelo Município de Guimarães, ao nível da promoção de uma intervenção vocacional ajustada no território, com início no 3º ciclo do ensino básico, e no âmbito ainda da cooperação que tem vindo a ser desenvolvida com a Universidade do Minho na realização de atividades que contribuam para este propósito, mormente feiras de orientação vocacional, workshops e outras atividades afim como a que aqui se reporta, 21 alunos provenientes das escolas secundárias do concelho participam no programa “O melhor aluno na UMinho”. Este assenta na lógica de permitir que alunos do ensino

secundário sejam integrados em programas especiais de formação (aulas específicas e/ou participação em equipas de investigação), contribuindo assim para a sedimentação das suas escolas passadas e orientação nas escolas académicas futuras, permitindo em paralelo o contacto e desenvolvimento de competências pessoais e académicas para o seu percurso escolar. Por tal solicita-se autorização de cedência de autocarro para os dias 26, 27 e 28 de março para transportar estes alunos ao campus de Gualtar da Universidade do Minho, onde estas atividades se realizam. Considerando ainda o horário de funcionamento previsto para este programa (das 08:30h às 18:00h), solicita-se igualmente autorização para pagamento de trabalho extraordinário dos motoristas afetos a esta atividade.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – MARÇO DE 2018

- Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 21 de dezembro de 2017 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS RESPEITANTES A RAMAIS DE ÁGUA E SANEAMENTO E RESPETIVAS TARIFAS DE LIGAÇÃO –

- Presente a seguinte proposta: “Foram recebidas na Divisão de Ação Social



algumas candidaturas apresentadas por munícipes em situação de carência socioeconómica para efeitos de apoio no pagamento de despesas referentes a ramais de água e saneamento e respetivas tarifas de ligação. Após análise destas candidaturas e subsequentes estudos socioeconómicos efetuados pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida alguns dados de caracterização dos agregados familiares, bem como os valores respetivos das comparticipações a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Idade	Género	Rendimento <i>Per Capita</i>	Valor a atribuir
163614288/15	Airão S. João	70	M	€91,99	€511,74
162920229/12	Caldelas	59	M	€196,46	€835,00
220405107/12	Barco	60	F	R. D. Negativo	€814,22
104404981/12	Caldelas	70	F	€172,90	€862,65
158242904/12	Souto Sta. Maria	51	F	€40,81	€653,49
107894 475/12	Serzedelo	59	F	€73,93	€768,81
152096183/12	Guardizela	57	M	€35,22	€1.000,00

Comprovada a precariedade económica dos agregados familiares, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se, para aprovação, a atribuição de um subsídio, aos requerentes, no valor total de **€5.445,91** (cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros e noventa e um cêntimos) ao abrigo da alínea b) do art.º 2.º do referido Regulamento. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR –

Presente a seguinte proposta: “Foram apresentadas 32 candidaturas à Divisão de Ação Social, para efeitos de atribuição de bolsas de estudo a alunos que frequentam o ensino superior, considerando a situação de precariedade económica dos seus agregados familiares, que ficou comprovada após termos realizado os respetivos estudos socioeconómicos,

cujos resultados em seguida se apresentam: -----

Nº Processo	Freguesia	Idade	Género	Rend.	Valor a Apoiar
251174000/18	Creixomil	20	F	R.D.	€1.450,00
227198239/18	Ponte	23	F	R. D.	€1.450,00
259670430/18	Pinheiro	22	M	€12,99	€1.450,00
248468103/18	Fermentões	20	M	€13,10	€1.450,00
271972254/18	Polvoreira	19	F	€20,64	€1.450,00
259174807/18	Costa	21	F	€30,67	€1.450,00
258140836/18	Arosa	19	F	€43,01	€1.450,00
250734702/18	Costa	24	F	€62,10	€1.450,00
243352611/18	Selho S. Jorge	25	F	€72,40	€1.450,00
255620322/18	Costa	20	F	€93,99	€1.450,00
250182556/18	Sande S. Clemente	24	M	€128,34	€1.450,00
250182726/18	Sande S. Clemente	18	F	€128,34	€1.450,00
265828368/18	S. Paio	20	F	€130,02	€1.450,00
264877454/18	Creixomil	21	F	€142,00	€1.450,00
250783126/18	Ponte	19	F	€153,88	€1.450,00
256820708/18	Tabuadelo	21	F	€157,33	€1.450,00
228928591/18	Nespereira	18	F	€159,49	€1.450,00
250665581/18	Balazar	21	F	€168,93	€1.450,00
230540635/18	Brito	18	M	€180,79	€1.450,00
251177360/18	Azurém	19	M	€187,16	€1.450,00
257308440/18	Polvoreira	24	M	€191,69	€1.450,00
259156353/18	Nespereira	18	M	€208,95	€1.450,00
259249106/18	Moreira Cónegos	20	F	€211,14	€1.450,00
266599168/18	Tabuadelo	19	F	€220,68	€1.450,00
244950377/18	Lordelo	20	F	€231,34	€1.450,00
243871309/18	Caldelas	22	M	€240,56	€1.450,00
263637263/18	Nespereira	18	F	€262,15	€1.450,00
261204564/18	Balazar	19	F	€267,06	€1.450,00
229033628/18	Gandarela	20	F	€268,19	€1.450,00
262028921/18	Moreira Cónegos	20	F	€271,42	€1.450,00
230038271/18	Costa	20	F	€298,21	€1.450,00
232973245/18	Aldão	18	F	€341,65	€1.450,00

Assim, propõe-se, ao abrigo da alínea g), do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado no artigo 33.º da Lei



75/2013, de 12 de setembro, a concessão destes apoios aos requerentes, cujo valor se estima em €46.400 (quarenta e seis mil e quatrocentos euros). À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL RECREATIVO E CULTURAL DE CAMPELOS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos no dia 26 de abril a Fátima. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 26 de março de 2018, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CASTREJA - COOPERATIVA DE APOIO SOCIAL E CULTURAL, CRL - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Castreja - Cooperativa de Apoio Social e Cultural, CRL solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte do grupo de idosos no dia 16 de março, à Freguesia de Barco, no âmbito do projeto “Gerações em Movimento”. Assim, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro, por meu despacho datado de 26 de março de 2018 deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se a ratificação do Executivo o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EM, UNIPessoal, LDA – PROPOSTA DE ALOJAMENTO – OCUPAÇÃO DE TRÊS HABITAÇÕES EM ALOJAMENTO CONVENCIONAL - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPessoal, Lda., remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de alojamento – ocupação de 3 habitações em alojamento convencional, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 28 de março de 2018, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. – A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação.** -----

CULTURA - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO (III) – APOIOS FINANCEIROS PARA O ANO DE 2018 – Presente a seguinte proposta: “Em reconhecimento do seu interesse público enquanto manifestações coletivas agregadoras e participadas, que vivificam tradições e contribuem para a identidade e afirmação das populações de que emanam, proponho a inclusão, nas Festas de Interesse Concelhio a apoiar pelo Município, das seguintes festividades: - Festas de S. João Baptista 2018 de Gondar (Freguesia de Gondar) - €600,00; - Festa de Nossa Senhora da Assunção de Vila Nova de Sande (Paróquia de V. N. de Sande) - €600,00. Os subsídios deliberados serão processados após requerimento das entidades interessadas. Os pagamentos só serão efetuados após prova documental, por parte das entidades beneficiárias, da respetiva constituição pública. Os subsídios atribuídos a Freguesias ficam condicionados à sua aprovação pela Assembleia Municipal. Em todos os casos, o apoio concedido deverá ser publicamente divulgado, designadamente pela inclusão do logótipo do Município de Guimarães em cartazes e outros suportes promocionais e a menção “Com o patrocínio da



Câmara Municipal de Guimarães”.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - EUROPEAN YOUTH PARLIAMENT PORTUGAL - TRANSPORTE DE PARTICIPANTES

– Presente a seguinte proposta: “Por sua deliberação de 22 de fevereiro passado, a Câmara Municipal deliberou atribuir um subsídio que visava apoiar a realização em Guimarães, de 22 a 25 de fevereiro, da Sessão de Seleção Regional EYP, na qual foram selecionadas as escolas da região norte de Portugal que participarão na Sessão Nacional 2018 do European Youth Parliament Portugal. Em razão das condições climatéricas verificadas naquelas datas, a Câmara Municipal acedeu a transportar os participantes da Pousada da Juventude para o Paço dos Duques de Bragança, entre as 8 e as 11h00. Proponho a ratificação do apoio concedido e o pagamento do trabalho extraordinário a que o mesmo obrigou, cujo custo se cifra em €19,13.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE RONFE – FEIRA DO GADO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

– Presente a seguinte proposta. “A Associação de Agricultores de Ronfe promove ao longo do corrente ano um conjunto de atividades de animação sociocultural entre as quais se destacam a Feira do Gado, um dos maiores certames do género no Norte de Portugal, cobrindo vários temas relacionados com a criação de gado. Trata-se de iniciativas que se revestem de interesse público, na medida em que concorrem para a vivificação e divulgação de tradições características dos meios rurais que, de outro modo, cairiam em desuso, para além de se constituir como um importante meio para o fortalecimento económico da atividade pecuária. Em face das dificuldades manifestadas pela Associação em continuar a custear isoladamente a sua realização, e em razão do citado interesse público, proponho, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010 a atribuição, à Associação de Agricultores de Ronfe, de um

subsídio de €1.000,00, destinado a comparticipar nos custos de realização da Feira de Gado 2018.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - COMISSÃO DE FESTAS DO Ó DE GÉMEOS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Comissão de

Festas do Ó de Gémeos solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos cidadãos da freguesia, no dia 26 de maio, ao São Bento da Porta Aberta. Considerando que se trata da realização de um passeio com o intuito de angariação de fundos para as festas da Padroeira de Gémeos “Senhora do Ó” e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado 17 de março de 2018, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoio, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DA MARCHA GUALTERIANA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta. “A

Associação Artística da Marcha Gualteriana solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos seus obreiros no dia 28 de abril, a Matamá. Considerando que, se trata de uma deslocação no âmbito da Confraternização Anual dos Obreiros da Marcha Gualteriana e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 20 de março de 2018, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

CULTURA - LICENCIATURA EM TEATRO DA UMINHO - FESTIVAL OH! - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIVERSIDADE DO MINHO – Presente a



seguinte proposta: “O Festival OH! é uma iniciativa anual levada a cabo por docentes e alunos do curso de licenciatura em Teatro da Universidade do Minho, constituindo-se como um importante instrumento importante de divulgação e extensão das suas atividades na comunidade de Guimarães. A edição de 2018 trará a Guimarães a artista Patrícia Portela, uma das figuras mais importantes da dramaturgia contemporânea portuguesa, e de Luk Van den Dries, Professor do Departamento de Estudos Teatrais da Universidade da Antuérpia, figura de relevo internacional na investigação em processos criativos. Estando também confirmada a participação de duas escolas convidadas (UE e ESMAE), a organização do Festival OH! solicita apoio financeiro que lhes permita assegurar a estadia das entidades convidadas, uma vez que a Universidade do Minho presta todo o restante apoio financeiro necessário. Deste modo, considerando o inequívoco interesse público de que se reveste a ação externa da Licenciatura em Teatro da Universidade do Minho e, particularmente, o fortalecimento da sua relação com Guimarães que o Festival em epígrafe vem proporcionando, proponho, nos termos do nº 6 do Artº 2º do Regulamento nº 606/2010 (RMECARH), a atribuição, à Universidade do Minho, de um subsídio de €1.000,00, destinado a compartilhar nos custos produção da edição de 2018 do Festival OH!, da responsabilidade do curso de Licenciatura em Teatro da mesma Universidade.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

CULTURA - MERCEARIA DAS ARTES - ASSOCIAÇÃO CULTURAL - TOURNÉE EUROPEIA DA BANDA PARAGUAI - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “Os Paraguai surgiram em 2016 e desde então já lançaram 1 EP e 2 discos, tendo já apresentado o seu espetáculo em várias cidades nacionais e internacionais. Numa tentativa de consolidar o trabalho que desenvolvido nos últimos anos, no sentido de dar a conhecer o seu trabalho, a banda Vimaranense prepara-se para realizar no corrente ano de

2018 uma tournée internacional mais sólida e com mais espetáculos, de forma mais estruturada, com o objetivo de dar a conhecer o seu trabalho a um maior número de pessoas. Estando neste momento agendados 17 espetáculos a acontecer em Portugal, Espanha, França e Suíça nos meses de abril e maio, solicitam o apoio do Município para a concretização desta digressão europeia, designadamente para fazer face aos custos não suportados pelos espaços de acolhimento, designadamente alimentação, estadia, combustível, aluguer de viatura e portagens, entre outras despesas implicadas numa viagem de cerca de 10.000Km com um custo total estimado em mais de €5.000,00. Ainda no âmbito desta mesma Tournée, a banda Paraguaii disponibiliza-se igualmente para participar no evento “Serralves em Festa”, em representação do Município de Guimarães. Considerando o inquestionável interesse público de que se reveste a internacionalização da criação artística de Guimarães, que será objeto de Regulamento próprio, tal como deliberado em reunião deste Executivo de 25 de janeiro passado, bem como o impacto que esta Tournée terá na afirmação e no desenvolvimento da carreira da banda Vimaranesense Paraguaii, proponho, nos termos do nº 6 do Artº 2º do Regulamento nº 606/2010 (RMECARH), a atribuição, à Mercearia das Artes - Associação Cultural, na qualidade de representante dos Paraguaii, de um subsídio de €4.000,00, destinado a comparticipar nos custos de organização e produção da Tournée Europeia dos Paraguaii, a realizar em Espanha, França e Suíça em abril e maio de 2018.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

DESPORTO – 15º CAMPEONATO DO MUNDO DE GINÁSTICA AERÓBICA, 8ª COMPETIÇÃO MUNIDAL POR GRUPOS DE IDADES E TAÇA DO MUNDO DE GINÁSTICA ARTÍSTICA – Presente a seguinte proposta: “1. A Ginástica Aeróbica é uma disciplina da Ginástica que teve origem nas competições de instrutores das convenções internacionais de fitness. Desde 1995 que a



Federação Internacional de Ginástica (FIG), a União Europeia de Ginástica (UEG) em 1999, e consequentemente a Federação de Ginástica de Portugal (FGP), integram esta disciplina gímnica que se caracteriza pela performance dinâmica de rotinas de grande intensidade, demonstrando força, flexibilidade e coordenação motora. Ao longo destes anos tem reunido um conjunto cada vez maior de praticantes em Portugal e no estrangeiro, sendo crescente o número de países a nível mundial que desenvolvem atividade nesta área da modalidade. 2. Numa outra vertente, a Ginástica Artística (Masculina e Feminina) são disciplinas gímnicas que encontram numerosos praticantes e adeptos em todo o mundo, produzindo espetáculos de rara beleza visual e valia técnica, muito apreciados pelo público em geral, o que é revelado, por exemplo, através dos níveis de audiência televisiva das transmissões de competições de Ginástica, designadamente no âmbito dos Jogos Olímpicos. 3. A Federação de Ginástica de Portugal, federação dotada de utilidade pública desportiva, tem feito uma forte aposta na área competitiva, o que permitiu aos nossos ginastas, quer na área da Ginástica Aeróbica, quer na Ginástica Artística (Masculina e Feminina) alcançar, recentemente, resultados históricos em competições internacionais. 4. O Município de Guimarães dispõe atualmente de um dos melhores espaços de prática de Ginástica a nível europeu, a recentemente inaugurada Academia de Ginástica, e um Pavilhão Multiusos apto para colher os maiores eventos desportivos, tendo sido já palco, no passado, de algumas competições gímnicas internacionais, e com grande sucesso. As excelentes condições que Guimarães oferece devem não só ser usufruídas e aproveitadas pelo público e desportistas do Concelho, como tornadas conhecidas no mapa da ginástica internacional, trazendo ao município e ao nosso país a elite dos representantes da modalidade ao nível mundial. 5. Reconhecendo a importância da organização de grandes eventos como fator de

desenvolvimento da modalidade, na promoção do Município de Guimarães enquanto destino turístico e desportivo e na promoção de estilos de vida ativa e saudável, a Câmara Municipal de Guimarães associa-se, em regime de parceria, à Federação de Ginástica de Portugal, na organização do **15º Campeonato do Mundo de Ginástica Aeróbica e a 8ª Competição Mundial por Grupos de Idades 2018**, assim como na organização da **Taça do Mundo de Ginástica Artística Masculina e Feminina de Guimarães 2018**, competições realizadas sob a égide da Federação Internacional de Ginástica.

6. É a primeira vez que Portugal acolhe um campeonato do mundo de ginástica, sendo motivo de grande orgulho a escolha da cidade de Guimarães e do seu Pavilhão Multiusos para acolher esta competição, sendo de destacar igualmente que, em ambas as competições, está prevista a participação de cerca de 700 atletas oriundos de 40 países diferentes, com transmissão televisiva garantida para Portugal (através da RTP), toda a América do Sul, Estados Unidos, China, Japão, Rússia, Roménia e Austrália, o que constituirá um importante fator de promoção de Guimarães a nível mundial. 7. Assim sendo, nos termos da alínea u), do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 3, do art.º 46º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e considerando, ainda os n.ºs 3 e 6 do art.º 6º, ambos do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportiva de Guimarães é submetido ao executivo camarário para deliberação, a minuta dos Contratos Programas de Desenvolvimento Desportivos, em anexo, com vista à organização, da Taça do Mundo de Ginástica Artística Masculina e Feminina de Guimarães e do 15º Campeonato do Mundo de Ginástica Aeróbica e a 8ª Competição Mundial por Grupos de Idades em 2018, pressupondo um custo total para estas competições desportivas internacionais inferior a €100.000,00 (cem mil euros).” As minutas dos Contratos Programas de Desenvolvimento Desportivos dão-se aqui por



reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DE BRAGA - TORNEIO DE JUNIORES FEMININOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte

proposta: “A Associação de Voleibol de Braga irá organizar, de 11 a 13 de maio próximo, a fase final do Campeonato Nacional de Juniores Femininos, estando previsto que o mesmo se realize no Pavilhão do Vitória Sport Clube. Esta é uma competição ímpar do atual panorama desportivo nacional, pois permitirá apurar a Campeã Nacional de Voleibol em Juniores. Para o efeito solicitam do Município apoio financeiro que lhes permita fazer face aos custos de alojamento das comitivas na Pousada de Juventude de Guimarães e à alimentação das atletas, estimados em €2.900,00. Considerando a tradição da modalidade em Guimarães, a sua receptividade por parte do público e a forte possibilidade de uma das equipas finalistas ser a do Vitória Sport Clube, proponho, nos termos da alínea u) do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição, à Associação de Voleibol de Braga, de um subsídio de €2.900,00, destinado a custear o alojamento e alimentação das atletas participantes na fase final do Campeonato Nacional de Juniores Femininos 2018, a realizar em Guimarães, de 11 a 13 de maio de 2018.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - APOIO AO GUIMAGYM PARA REALIZAÇÃO DE DOIS EVENTOS DESPORTIVOS NO MULTIUSOS – Presente a seguinte proposta: “**AGN CUP** -

O Guimagym que, no seu seio, conta com mais de setecentos atletas que garantirão o futuro dos ginastas portugueses, é a única associação desportiva Vimaranense vocacionada para a prática da ginástica. Apesar da sua juventude, tem promovido a sua modalidade desportiva de forma muito singular e com grande destaque no seu meio, contando já com muitas as atividades promovidas em parceria com o Município e com a Tempo Livre.

Sendo a sua grande aposta a formação, emerge a necessidade de promoverem eventos desportivos onde possam mostrar todas as suas capacidades técnicas nesta variante desportiva. Nesse sentido, o Guimagym pretende realizar, de 12 a 16 de abril, um evento denominado AGN CUP, que reunirá centenas de atletas, oriundos de 11 países, em Guimarães. Para o efeito, proponho que seja dado apoio ao evento nos seguintes termos: - De 12 a 16 de abril, cedência de autocarro para transporte das comitivas; - Em 15 de abril, oferta do jantar oficial para uma comitiva de 90 pessoas, a realizar no restaurante do Multiusos e estimado em €830,00; - Catering para os juizes do Torneio, no valor de €370,00; - 26 Troféus (6 troféus de 1º lugar + 6 troféus de 2º lugar + 6 troféus de 3º lugar + 8 troféus de 3º lugar), no valor de €960,00; - 87 Medalhas (29 medalhas de 1º lugar + 29 medalhas de 2º lugar + 29 medalhas de 3º lugar), no valor de €270,00; - Taxas de utilização do Multiusos para a realização do evento, no valor de 2.460,00. Total do apoio – 4.890 euros. **SARAU SOLIDÁRIO DO GUIMAGYM** - No âmbito do seu programa de atividades, o Guimagym pretende realizar no Multiusos, no dia 22 de abril, o seu 2º Sarau Solidário. A receita deste evento, de cariz solidário, e que será realizado pelos seus atletas, reverterá a favor da CERCIGUI. Assim, proponho que seja concedido um apoio de €2.681,40, destinado ao pagamento das taxas de utilização do Multiusos, no referido dia, estando previstas neste valor as despesas com os assistentes de sala.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - ASSOCIAÇÃO DE DESPORTOS DE COMBATE KTF GUIMARÃES - APOIO PARA DESLOCAÇÃO A PROVA DO CAMPEONATO DO MUNDO –

Presente a seguinte proposta: “A Associação de Desportos de Combate KTF pretende participar no Campeonato do Mundo de IKF – Juniores que decorre de 25 a 29 de abril na Hungria. Considerando que as federações de desportos de combate não cobrem a totalidade das despesas que os clubes



têm e que esta deslocação terá um custo estimado por atleta entre os €900,00 e os €1.100,00, vem aquela Associação solicitar apoio financeiro do Município que viabilize a deslocação e participação dos seus 4 atletas juniores, que integrariam a seleção portuguesa constituída, no total, por 19 atletas. Para o efeito, esta associação solicita um apoio de €2.000,00 para cobrir cerca de 50% dos custos de participação ficando o restante ao seu encargo. Considerando a importância da participação nestas competições para o desenvolvimento técnico e competitividade destes atletas, e atendendo ainda ao histórico de resultados registados pela Associação, por diversas vezes distinguida na Gala do Desporto de Guimarães em razão dos títulos granjeados, proponho, nos termos dos nºs 3 e 6 do art.º 2º e do art.º 6º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, a atribuição, à Associação de Desportos de Combate KTF, de um subsídio de €2.000,00, destinado a comparticipar nas despesas de deslocação e participação de 4 atletas no Campeonato do Mundo de IKF – Juniores, a decorrer de 25 a 29 de abril na Hungria.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - SPORT CLUBE ESTRELAS VERMELHAS DE SOUTO SANTA MARIA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Sport Clube Estrelas Vermelhas de Souto Santa Maria, juntamente com o Grupo Coral e a Associação Santa Maria Com Vida solicitaram, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos seus membros, para o dia 07 de abril, no âmbito do Concerto de Pascoa a realizar em Souto Santa Maria. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 26 de março de 2018, deferi o pedido. Sendo uma competência

da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RELATÓRIO E CONTAS – RELATÓRIO E CONTAS DE 2017 – Presente o Relatório e Contas da Câmara Municipal relativo ao ano de 2017, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS - REVISÃO ORÇAMENTAL – Presente a seguinte proposta: “Na sequência das informações em anexo, torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental nos seguintes termos: RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE RECEITA - Inscrição/reforço/anulação no valor total de € 19.469.094,00 das seguintes rubricas orçamentais: -----

Designação	Rubrica	Valor
Saldo gerência anterior	16.01.01	19.394.802,00
Transferências correntes - Administração Central - Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados - FEDER	06.03.06.01	-97.043,00
Transferências correntes - Administração Central - Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados - FSE	06.03.06.03	97.043,00
Transferências correntes - Administração Central - Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados - Outros (UE)	06.03.06.99	74.292,00

RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE DESPESA - Reforço/inscrição no valor total de €19.469.094,00 das seguintes rubricas orçamentais: -----



Designação	Rubrica	Valor
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	02-01010401	4 945,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho -recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	02-01010404	7 209,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de refeição - quadro	02-01011301	602,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de férias / Natal - quadro	02-01011401	2 415,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	02-0103050201	979,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	02-0103050202	2 482,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	03-01010401	5 796,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de férias / Natal - quadro	03-01011401	1 767,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho -recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	03-01010404	4 806,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes -Subsídio de refeição - quadro	03-01011301	401,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	03-0103050202	2 938,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	04-01010401	618,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de férias / Natal - quadro	04-01011401	155,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	04-0103050202	184,00

Designação	Rubrica	Valor
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	05-01010401	12 144,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de férias / Natal - quadro	05-01011401	9 836,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho -recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	05-01010404	44 048,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes -Subsídio de refeição - quadro	05-01011301	6 612,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	05-0103050202	15 684,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	06-01010401	24 158,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de férias / Natal - quadro	06-01011401	5 763,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	06-0103050201	4 424,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	06-0103050202	2 682,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	07-01010401	79 212,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de férias / Natal - quadro	07-01011401	14 569,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	07-0103050202	21 949,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho -recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	09-01010404	8 198,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes -Subsídio de refeição – quadro	09-01011301	1 203,00



Designação	Rubrica	Valor
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	09-0103050202	2 272,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	10-01010401	276,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de férias / Natal - quadro	10-01011401	46,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	10-0103050202	77,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	11-01010401	3 942,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de férias / Natal - quadro	11-01011401	709,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	11-0103050201	1 105,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	12-01010401	4 669,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de férias / Natal - quadro	12-01011401	830,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	12-0103050201	1 306,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	13-01010401	826,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de férias / Natal - quadro	13-01011401	184,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	13-0103050202	240,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	15-01010404	9 612,00

Designação	Rubrica	Valor
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes -Subsídio de refeição - quadro	15-01011301	802,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - Subsídio de férias / Natal - quadro	15-01011401	1 602,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	15-0103050202	2 664,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - estudos, pareceres, projetos e consultadoria	02-020214	200 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - material de escritório	15-020108	3 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - outros bens	15-020121	20 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - ferramentas e utensílios	15-020117	150,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - transportes	15-020210	3 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - deslocações e estadas	15-020213	10 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - estudos, pareceres, projetos e consultadoria	15-020214	20 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - formação	15-020215	10 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - seminários, exposições e similares	15-020216	15 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - publicidade	15-020217	10 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	15-020225	15 000,00
Outras despesas correntes - diversas - outras - outras	15-06020305	5 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - material de escritório	14-020108	2 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - prémios, condecorações e ofertas	14-020115	10 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - outros bens	14-020121	16 500,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - ferramentas e utensílios	14-020117	150,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - transportes	14-020210	3 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - deslocações e estadas	14-020213	15 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - estudos, pareceres, projetos e consultadoria	14-020214	15 000,00



Designação	Rubrica	Valor
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - formação	14-020215	5 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - seminários, exposições e similares	14-020216	15 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - publicidade	14-020217	25 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - Outros trabalhos especializados	14-020220	175 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	14-020225	25 000,00
Outras despesas correntes - diversas - outras - outras	14-06020305	6 000,00
Aquisição de maquinaria e equipamento Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.02 0103-07011002	27 500,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - encargos de cobrança	0103-020224	382 000,00
Outras despesas correntes - diversas - outras - IVA pago	02-06020302	300 000,00
Subsídios - sociedades e quase sociedades não financeiras - públicas - outras	0103-05010102	340 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - locação de edifícios	11-020204	8 000,00
Aquisição de Terrenos Aquisição de bens de capital - investimentos - terrenos	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.04 11-070101	1 320 000,00
Aquisição de Terrenos Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - terrenos e recursos naturais	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.04 11-070301	219 749,00
Outras Aquisição de Edifícios Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.20 11-07010307	1 221 736,00
Edição do catálogo do Fundo Freitas do Amaral Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1710 10- 020220	4 583,00
Restauro de documentos Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1712 10-020220	10 000,00
Edição e publicação - Irmandade de São Crispim e São Crispiniano Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços -	Plano de Atividades Municipais	38 000,00

Designação	Rubrica	Valor
outros serviços	2.5.1.1714 10-020225	
Obras de Raiz Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.0301 09-080701	350 000,00
Apoio às associações Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3201 09-040701	50 000,00
Gala do desporto Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3305 09-020225	8 000,00
Meia Maratona de Guimarães Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3307 09-020225	72 000,00
Rally de Portugal Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3309 09-020225	60 000,00
Eventos e atividades desportivas Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3319 09-020225	40 000,00
Campeonato do mundo de ginástica Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3321 09-020225	100 000,00
Requalificação e beneficiação de Pavilhões Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.12 03-07010302	40 000,00
Planos de emergência para instalações desportivas Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.28 09-070113	20 000,00
Requalificação da pista de atletismo	Plano Plurianual	30 000,00



Designação	Rubrica	Valor
Aquisição e bens de capital - investimentos - construções diversas - instalações desportivas e recreativas	de Investimentos 2.5.2.39 03-07010406	
Construção de relvados sintéticos Aquisição de bens de capital - investimentos - construções diversas - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.45 03-07010406	34 000,00
Equipamentos de animação nos parques de lazer Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.24 09-07011002	15 000,00
Parques infantis Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.51 09-07011002	100 000,00
Refeitórios escolares de jardins de infância e 1º CEB Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - alimentação refeições confeccionadas	Plano de Atividades Municipais 2.1.2.56 07-020105	460 445,00
Transportes escolares Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - transportes	Plano de Atividades Municipais 2.1.2.57 07-020210	49 930,00
Material Didático Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - material de educação, cultura e recreio	Plano de Atividades Municipais 2.1.1.2.59 07-020120	10 000,00
Atividades de animação e apoio à família Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.1.2.59 07-020220	250 000,00
Projetos educativos Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.1.1.2.5801 07-020220	31 270,00
Auxílios económicos diretos aos alunos do 1º CEB Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - material de educação, cultura e recreio	Plano de Atividades Municipais 2.1.2.6001 07-020120	75 000,00
Parques infantis para jardins de infância	Plano de	25 000,00

Designação	Rubrica	Valor
Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plurianual de Investimentos 2.1.1.1.03 07-07011002	
Ateliês / Oficinas / Espetáculos Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1806 13-020220	10 000,00
Projeto pedagógico BE's Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1817 13-020220	3 000,00
Bibliotecas Escolares Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano de Plurianual de Investimentos 2.5.1.12 13-07011002	5 000,00
Aquisição de maquinaria e equipamento - Biblioteca Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano de Plurianual de Investimentos 2.5.1.04 13-07011002	5 000,00
Modernização administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento de informática	Plano de Plurianual de Investimentos 1.1.1.06 02-070107	492 876,00
Modernização administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - software informático	Plano de Plurianual de Investimentos 1.1.1.06 02-070108	333 309,00
Material informático para as escolas Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento de informática	Plano de Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.04 02-070107	217 710,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - outros bens	02-020121	6 150,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - conservação de bens	02-020203	6 150,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	02-020220	92 264,00



Designação	Rubrica	Valor
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	02-020225	41 205,00
Protocolos para a descentralização de competências Transferências de capital - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades Municipais 4.2.3.12 03-08050102	1 424 326,00
Atribuição de subsídios às Freguesias Transferências de capital - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades Municipais 4.2.3.13 03-08050102	749 623,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	03-020225	150 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - encargos de instalações	03-020201	350 000,00
Edifícios Municipais Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.19 03-07010307	100 000,00
Conservação de edifícios escolares Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.02 03-07010305	200 000,00
Requalificação da EB1 de Vermis Moreira de Cónegos Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.66 03-07010305	100 000,00
Requalificação da EB1 Casais Brito Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.74 03-07010305	150 000,00
Requalificação da EB1 e JI de Fafião Briteiros Sto. Estevão Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.75 03-07010305	250 000,00
Biblioteca da EB2,3 João de Meira Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.3.06 03-07010305	40 000,00
Escola básica do 2.º e 3.º ciclo D. Afonso Henriques Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.2.2.3.12 03-07010305	60 000,00
Escola Hotel / IPCA Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.3.11	100 000,00

Designação	Rubrica	Valor
	03-07010307	
Obras a realizar pela câmara em substituição dos senhorios Aquisição de bens de capital - investimentos – habitação – reparação e beneficiação	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.1.04 03-07010203	125 000,00
Túnel sob Av. D. Afonso Henriques Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.09 03-07030301	50 000,00
Adaptação da fábrica Freitas & Fernandes para a Universidade das Nações Unidas e Agência para a Modernização Administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.3.10 03-07010307	250 000,00
Requalificação Avenida da República/ Espaço central das Taipas Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.22 03-07030301	200 000,00
Fornos Cruz Pedra Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.3407 03-07010307	50 000,00
Torre da Alfandega - requalificação estrutural Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.4401 03-07010307	100 000,00
Requalificação e beneficiação de Pavilhões Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.12 03-07010302	100 000,00
Complexo Piscinas Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.47 03-07010302	100 000,00
Grandes Reparações em vias municipais Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.03 03-07030301	250 000,00
Conservação e obras imprevistas na zona urbana Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.01 03-07030301	250 000,00
Conservação e obras imprevistas na zona rural Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viação rural	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.02 03-07030308	500 000,00



Designação	Rubrica	Valor
Rua Arqueólogo Mário Cardoso Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.40 03-07030301	100 000,00
Rua D. João I e adjacentes Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.43 03-07030301	50 000,00
Rua das Lameira e adjacentes Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.44 03-07030301	50 000,00
Beneficiação e recuperação de pontes Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.12 03-07030301	30 000,00
Requalificação da rua 24 de Junho-Aldão Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.56 03-07030301	150 000,00
Via dedicada ao Avepark/Caldas das Taipas Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.67 03-07030301	100 000,00
Variante da rotunda de Mouril à rotunda do Pinheira Manso Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.75 03-07030301	200 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - ferramentas e utensílios	05-020117	5 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - limpeza e higiene	05-020202	150 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - conservação de bens	05-020203	60 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - vigilância e segurança	05-020218	50 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - combustíveis e lubrificantes - gasóleo	05-02010202	74 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - estudos, pareceres, projetos e consultadoria	05-020214	20 000,00
Aquisição de viaturas Aquisição de bens de capital - investimentos - material de transporte – outro	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.01 0103-07010602	300 000,00

Designação	Rubrica	Valor
Criação de novos parques e jardins Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - parques e jardins	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.01 05-07030305	80 000,00
Manutenção e conservação de fontes Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.02 05-07011002	80 000,00
Maquinaria e equipamento Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.04 05-07011002	205 000,00
Sinalização de trânsito e equipamentos de segurança rodoviária Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.2.01 05-07011002	300 000,00
Grandes reparações manutenção de equipamentos e parque automóvel Aquisição de bens de capital - investimentos - material de transporte - outro	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.2.04 05-07010602	100 000,00
Estação central de camionagem Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.3.01 05-07011002	15 000,00
Projetos no âmbito da promoção do transporte público Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.3.05 05-07011002	270 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	05-020220	40 000,00
Sistemas de informação nas paragens TUG/OPERADORES INTERURBANOS Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.3.02 05-070115	30 000,00
Mobilidade elétrica Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.3.04 05-070115	100 000,00
Aquisições de equipamentos Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.2.05 05-07011002	20 000,00
Serviço de Proteção Civil Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços – limpeza e higiene	Plano de Atividades Municipais 1.2.1.11 05-020202	40 000,00



Designação	Rubrica	Valor
Prevenção de fogos florestais Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços – limpeza e higiene	Plano de Atividades Municipais 1.2.1.04 05-020202	60 000,00
Semana europeia do ambiente e bienal de arte e paisagem Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.3103 05-020225	30 000,00
Capital verde europeia Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.3106 05-020225	20 000,00
Apoio a projetos de I&D para o ambiente e desenvolvimento sustentável Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.3107 05-020220	40 000,00
Protocolo de delegação de competências de conservação e manutenção de parques de lazer Transferências correntes - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades Municipais 4.2.3.14 03-04050102	80 000,00
Protocolo de delegação de competências da área do ambiente - Brigadas verdes Transferências correntes - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades Municipais 4.2.3.15 03-04050102	40 000,00
Incubadora de base rural Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.32 05-020220	85 000,00
Cinema em noites de verão Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1601 09-040701	10 000,00
Subsídios no âmbito do RMECARH Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1610 09-040701	130 000,00

Designação	Rubrica	Valor
Subsídios no âmbito do RMECARH Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1610 09-080701	25 000,00
Programação cultural de Verão Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1909 09-020225	250 000,00
Programação cultural de Natal / Passagem de Ano Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1922 09-020225	100 000,00
Edições Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1920 09-020220	20 000,00
Música erudita Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1926 09-020225	80 000,00
Bolsas de investigação Transferências correntes - famílias - outras - outras	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1607 09-04080202	6 000,00
Comemorações do 25 de Abril Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - publicidade	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1903 09-020217	5 000,00
Comemorações do 24 de Junho Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1904 09-020225	45 000,00
Contextil Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1929 09-020225	40 000,00



Designação	Rubrica	Valor
Comemorações da classificação património mundial Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1905 09-020225	30 000,00
Atividades culturais regulares Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1915 09-020225	125 000,00
Ações de comunicação Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1917 09-020220	175 000,00
Parlamento Jovem europeu Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1918 09-020225	3 000,00
Guimarães no Ponto / Green Week Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1923 09-020225	40 000,00
Valorização do Património cultural Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.42 09-020220	65 000,00
Feira Afonsina Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1928 09-020225	110 000,00
Aquisição de maquinaria e equipamentos - Cultura Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.02 09-070115	10 000,00
Auditório da U.M. (protocolo) Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.03 09-070115	20 000,00
Loja Ponto Já Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.45 09-070115	10 000,00

Designação	Rubrica	Valor
Welcome Center / serviços administrativos Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 3.4.2.17 09-070115	10 000,00
Ações de promoção de Guimarães Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 3.4.2.19 09-020225	10 000,00
Material promocional Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 3.4.2.20 09-020225	25 000,00
Espaços culturais nas freguesias Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.43 09-07011002	40 000,00
Apoio à atividade editorial Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.38 09-07011002	10 000,00
Transferências correntes - Instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	09-040701	125 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	09-020225	160 000,00
Projetos e Programas Transferências correntes - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0501 08-04050102	200 000,00
Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos Transferências correntes - famílias - outras - outras	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0901 08-04080202	100 000,00
Atribuição de subsídios - equipamento Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.1001 08-080701	200 000,00
Atribuição de subsídios - despesas correntes Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.1002 08-040701	200 000,00



Designação	Rubrica	Valor
Atribuição de subsídios - obras de raiz Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.1003 08-080701	400 000,00
Incubadora Social Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0502 08-020220	50 000,00
Incubadora Social Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.13 08-070110002	45 000,00
Candidatura da Zona de Couros a Património Mundial Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Plano Plurianual de Investimentos 4.3.09 0103-070113	47 527,00
Orçamento Participativo Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 4.3.01 0103-020220	10 000,00
Centro de Ciência Viva Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 4.3.05 07-020220	64 000,00
Centro de Ciência Viva Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.3.0406 07-07011002	5 000,00

A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. As referidas informações dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho

Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----